

Diretoria de Política Agrícola e Informações . Dipai
Superintendência de Gestão da Oferta - Sugof

Plano Operacional Anual de Apoio à Comercialização de Produtos da Sociobiodiversidade

1) Apresentação

Inicialmente cabe destacar que o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), busca estruturar arranjos produtivos sustentáveis, por meio de um conjunto de iniciativas que valorizem os conhecimentos dos Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Suas ações envolvem o assessoramento técnico, capacitação e organização social, além do acesso ao crédito, desenvolvimento de infra-estrutura produtiva, promoção comercial e inserção dos produtos extrativistas no mercado. Sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o programa atua em parceria com diversos órgãos, sendo o processo de apoio à comercialização operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

O desenvolvimento deste eixo envolve a organização e o ingresso do produto no mercado, criando as oportunidades de preços justos frente às diferenças regionais e à realidade dos extrativistas, ordenando a cadeia produtiva no aspecto da oferta e demanda, promovendo aumento do interesse de diversos setores como a indústria de fármacos, cosméticos, higiene pessoal, fibras e outros, conferindo maior competitividade aos produtos.

Neste contexto, foi elaborado o presente Plano objetivando estimar os recursos financeiros necessários para execução das aquisições e subvenções dos produtos extrativistas, de modo a sustentar os preços e garantir renda mínima aos extrativistas, além de possibilitar a regulação do mercado.

Para confecção do estudo foi levada em consideração a legislação que autoriza a subvenção direta ao extrativista, os preços mínimos aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa, além dos normativos da Conab, os quais oferecem apoio ao processo de subvenção, como também, de aquisição de produtos da sociobiodiversidade.

2) Justificativa

A Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, que instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário, em seus artigos 48 e 54, autorizou a modalidade de Subvenção Direta que prevê ao extrativista o recebimento de subvenção, ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao preço mínimo fixado pelo Governo Federal.

de atuação integrada dos Ministérios do Meio Ambiente e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, e do extrativista dos povos e comunidades tradicionais. Em especial na comercialização, o Ministério do Meio Ambiente Publicou Portaria Interministerial nº 254, de 27 de agosto de 2008, criando, art. 1º, Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, visando subsidiar as ações voltadas à comercialização dos produtos oriundos do extrativismo, com base nas seguintes atribuições:

- Indicar produtos prioritários para realização de estudos pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, com vistas à sua incorporação na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM ou à revisão dos preços mínimos, no caso dos produtos já amparados por essa Política;
- Aprovar as propostas de preços mínimos, com base nos estudos referidos no item anterior, e encaminhar à Conab para as demais providências relacionadas à tramitação das mesmas;
- Propor as ações de apoio à comercialização dos produtos amparados por preços mínimos nos termos desta Portaria, em especial as regiões prioritárias;

Monitorar e avaliar as ações de que trata a essa Portaria.

3) Preços Mínimos e Limites de Subvenção

Os votos do Conselho Monetário Nacional e, em consequência, as portarias definem os preços mínimos, definem a data de início de vigência dos preços, e não mais o prazo final. Os preços mínimos valerão até a publicação de nova portaria.

Os preços mínimos para os produtos da sociobiodiversidade e limites de subvenção, foram definidos pelos votos do Conselho Monetário Nacional e consequentemente pelas Portarias do Ministério da Agricultura e Abastecimento - Mapa, nº 543, de 27 de julho de 2009 e Portaria Interministerial Nº 539 de 12 de novembro de 2009 com seus respectivos valores, especificações e abrangência, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1: Preços mínimos e Limites para os produtos da sociobiodiversidade

Produtos	Unidades da Federação/ Regiões Amparadas	Unidade	Preços Mínimos (R\$/Unidade)	Limites (R\$/Extrativista)
Açaí (fruto)	Norte, Nordeste e MT	kg	0,61	725,90
Babaçu	Norte, Nordeste e MT	kg	1,46	950,00
Borracha Natural Bioma Amazônico	Bioma Amazônico	kg	3,50	1800,00
Pequi (fruto)	Norte e Nordeste	kg	0,21	770,00
	Sudeste e Centro-Oeste		0,31	1000,00
Piaçava (fibra)	Bahia	kg	1,67	1420,00
	Amazonas		1,07	1140,00
Castanha do Brasil	Norte e MT	kg	1,05	1540,00

Fonte: Conab

assegurados aos produtores enquadrados no art. 3º da Lei nº 11.795, de 17 de setembro de 2006, com operações de EGF ou subvenção de custeio, e no art. 8.427, com a redação ajustada pelo art. 48 da Lei nº 11.795, de 17 de setembro de 2008.

4) Modus Operandi

Os instrumentos criados para operar as subvenções foram focados com objetivo de possibilitar, ao máximo, a organização do setor extrativista, podendo influenciar organizações formais a participar deste mercado, além de possibilitar a geração de renda para a manutenção do extrativista na floresta.

Os quatro modelos desenvolvidos asseguram a participação direta dos extrativistas e cooperativas à subvenção ou à aquisição de seus produtos. Os sistemas operacionais constam de normas disponíveis no Manual de Operações da Conab . MOC (títulos 35, 70, 71,72 e 73), tendo sido devidamente aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração da Conab.

São os seguintes modelos disponíveis para a operacionalização das Subvenções:

1) Se a operação for realizada diretamente pelo Extrativista ou grupo de Extrativistas, apresentar à Conab, cópia do CPF regular, 2.ª via da Nota Fiscal de Venda, cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf . DAP, Banco, Agência e Conta Corrente para o recebimento da subvenção.

2) Se a operação for realizada com Nota Fiscal de Compra emitida pelo adquirente (comerciante ou Cooperativa ou usina ou indústria) em nome do Extrativista, entregar à Conab a 2.ª via desta nota, cópia do CPF regular, cópia da DAP, Banco, Agência e Conta Corrente para o recebimento da subvenção.

2.1) Quando a comercialização for realizada com grupo de Extrativistas o adquirente (comerciante ou Cooperativa ou usina ou indústria) poderá emitir Nota Fiscal de Compra, anexando lista dos Extrativistas apresentando Nome, CPF, N.º da DAP, preço de Venda, quantidade, valor total da aquisição, Banco, Agência e Conta Corrente de cada Extrativista para o recebimento da subvenção.

3) Se a operação for realizada diretamente pelo Extrativista ou grupo de Extrativistas apresentar à Conab a 2.ª via da Nota Fiscal de Venda emitida por Associação ou Cooperativa que os represente, cópia da DAP do Extrativista, Banco, Agência e Conta Corrente de cada Extrativista para o recebimento da subvenção.

4) Se a operação for realizada diretamente pela Associação ou Cooperativa dos Extrativistas, apresentar cópia da DAP Jurídica, CNPJ, Banco, Agência e Conta Corrente da Associação ou Cooperativa, para o depósito da subvenção, e listagem de beneficiários contendo: nome, n.º do CPF, n.º da DAP do Extrativista, preço de venda, quantidade, valor total de venda, além da 2.ª via da Nota Fiscal de Venda com destaque dos impostos, se devidos, de acordo com a legislação estadual específica.

4.1) Ou ainda a 2.ª via da Nota Fiscal de Compra emitida pelo adquirente (comerciante ou Cooperativa ou indústria) em nome da Associação, com destaque dos impostos, se devidos, de acordo com a legislação estadual específica, anexando a listagem dos beneficiários, contendo: nome, n.º do CPF, n.º da DAP do Extrativista, preço de venda, quantidade, valor total de venda.

5) Orçamento do Plano

A dotação orçamentária para execução da subvenção e aquisição do Plano de apoio à comercialização de produtos extrativistas, conta com recursos da Política de Garantia de Preços Mínimos . PGPM, dotação orçamentária esta pertencente ao Mapa, e os recursos financeiros serão provenientes do Tesouro Nacional.

Contudo, a sistemática de liberação de valores ocorrerá dentro de um orçamento tutelado pelo Grupo Gestor do Extrativismo. Assim, o acompanhamento e a análise das operações têm a participação de uma instância de decisão envolvendo o MMA, MAPA, MF, MDA, MPOG e a CONAB.

No Quadro 1 (a seguir), são apresentadas as estimativas dos recursos necessários para a operacionalização das Subvenções, as quais ocorrerão por conta das operações oficiais de crédito . 2OC.

Em reuniões realizadas nas visitas de implantação do Programa, percebeu-se grande interesse dos extrativistas em operar com a subvenção de seus produtos, pois os preços de mercado nas regiões de produção encontram-se abaixo do mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Para a elaboração do trabalho foi levada em consideração, além dos tópicos anteriores, a respectiva produção por Estado e a estimativa de subvenção a ser paga por quantidade de produto. Vale lembrar que a subvenção será paga diretamente ao extrativista pela diferença entre o preço mínimo definido para a região e o respectivo preço de mercado.

Na Tabela 1, apresentou-se a estimativa de desembolso com subvenção de cada cultura por Estado. Destinou-se para o açaí o montante de R\$ 289.100,00, para o babaçu R\$ R\$ 2.014.054,00, borracha extrativista o total de R\$ 8.640.000,00, para cera de carnaúba R\$ 670.000,00, para o pó cerífero R\$ R\$ 544.00,00, a castanha do Brasil o valor de R\$ 12.966.000,00, o pequi a soma de R\$ 423.000,00 e a piaçava o montante de R\$ 1.299.600,00.

Esclarece-se que existe a perspectiva de inserção de novos produtos na pauta da PGPM, conforme demanda do Ministério do Meio Ambiente, tais como barú, buriti, cupuaçu, mangaba, óleos de andiroba e umbu.

Assim, o total dos recursos orçamentários necessários ao desenvolvimento do Plano, encontram-se, aproximadamente, em torno de R\$ 40 milhões, distribuídos entre subvenção de produtos já aprovados no valor de R\$ 26.845.754,00, e a estimativa de R\$ 13.154.246,00 para a possível subvenção aos novos produtos.

TABELA I

PLANO DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO ANO DE 2009
ESTIMATIVA DE DESEMBOLSO COM SUBVENÇÃO POR CULTURA E ESTADO - R\$/kg

Estado	ACAI			BABAÇO			BURRACHA EXTRATIVISTA			CASTANHA DO BRASIL			FEIJÃO			PIAÇAVA			CERA DE CARNAÚBA			PÓ CERIFERO			Total Produtos Aprovados - R\$	Novos Produtos: Óleo de Andiroba; Óleo de Capaíba; Bacuri; Bacuri; Cajuí; Mangaba; Ubatuba	Total Produtos - R\$	
	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$	Subv.	R\$	Total R\$							
	R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg			R\$ kg		R\$ kg				
Acre	0,11	400.000	44.000,00				2,30	1.500.000	3.450.000,00	0,25	15.000.000	4.000.000,00												7.454.000,00				
Alagoas																												
Amazônia	0,05	100.000	6.000,00							0,50	4.000.000	2.000.000,00												2.006.000,00				
Amazonas	0,10	1.575.000	157.500,00				2,00	1.790.000	3.580.000,00	0,25	14.000.000	3.500.000,00				0,17	1.000.000	170.000,00						7.437.600,00				
Bahia																0,75	1.500.000	1.125.000,00							1.125.000,00			
Ceará				0,55	200.000	112.000,00							0,10	2.000.000	200.000,00				0,57	500.000	355.000,00	0,54	600.000	372.000,00	919.000,00			
Goiás													0,31	80.000	16.500,00										16.500,00			
M. G. do Sul																												
Maranhão				0,55	1.651.900	1.242.054,00						0													1.242.054,00			
Mato Grosso	0,21	10.000	2.100,00				1,50	40.000	60.000,00	0,40	40.000	16.000,00	0,11	30.000	2.200,00	0,45	10.000	4.500,00							54.900,00			
Minas Gerais													0,10	2.000.000	200.000,00										200.000,00			
Pará	0,05	1.140.000	66.400,00				2,00	200.000	400.000,00	0,50	5.800.000	2.800.000,00	0												3.266.400,00			
Paraíba																												
Pernambuco																												
Piauí				0,45	1.000.000	450.000,00													0,57	500.000	355.000,00	0,54	600.000	372.000,00	1.057.000,00			
R. G. Norte																												
Rondônia	0,11	100.000	11.000,00				2,30	500.000	1.150.000,00	0,25	400.000	100.000,00													1.261.000,00			
Roraima										0,55	1.000.000	550.000,00													550.000,00			
Sergipe																												
Tocantins				0,20	1.000.000	200.000,00							0,11	30.000	2.200,00										222.200,00			
TOTAL			295.100,00			2.814.054,00			8.540.000,00			12.956.000,00			423.000,00			1.295.000,00			670.000,00			544.000,00	26.845.754,00		13.154.246,00	40.000.000,00

Fonte: Elab: Conab